

**PROFESSOR SUBSTITUTO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO
PROFESSOR E A FALTA DE CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Kátia Cibelle Rabelo de Oliveira França¹

RESUMO

O século XX tornou-se conhecido como o século da criança, como indica Cambi (1999). Além do marco legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as diretrizes educacionais preveem as crianças com sujeitos de direitos e com participação ativa na construção do seu conhecimento, em detrimento da promoção de uma educação de qualidade ressaltamos como o trabalho do professor impacta na sua vida escolar. A precarização do trabalho do professor se converte em um dos principais debates que influenciam na qualidade da educação, temos visto em todas as redes educacionais cada vez mais contratação de professores temporários que não têm formação específica para atuar em creches, e a rotatividade desses professores impede que possam ter uma formação continuada que aprimorem sua prática, essa relação vulnerabiliza seu fazer docente e submetem a lógica do capital que mercantiliza a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Professor substituto. Precarização do trabalho docente. Educação Infantil.

**SUBSTITUTE TEACHER: THE PRECARIOUSNESS OF TEACHER WORK AND
THE LACK OF CONSTRUCTION OF BOND IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

ABSTRACT

The 20th century became known as the century of the child, as noted by Cambi (1999). Legal and educational frameworks, such as the Statute of the Child and Adolescent (ECA), recognize children as subjects of rights and active participants in the construction of their knowledge. However, ensuring quality education remains a challenge, especially in light of how teaching conditions impact children's schooling. The precariousness of teaching work has emerged as a central issue, particularly with the increasing reliance on temporary teachers who often lack specific training to work in early childhood education. High turnover rates hinder these educators' access to continuous professional development, weakening their pedagogical practices and subjecting education to market-driven logics. This scenario undermines the teaching profession and compromises the right to quality education in early childhood settings.

KEYWORDS: Substitute teacher. Precariousness of teaching work. Early Childhood Education.

¹ Formada em Pedagogia (2006) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), aluna do Mestrado em Serviço Social (MASS/UECE). Professora da Rede Municipal de Fortaleza, desde 2007, com atuação na Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo impulsiona a reflexão sobre a importância de vínculos e afetividade para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de crianças, a partir da construção de espaços que garanta os direitos da criança e do adolescente preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1992) e dos documentos que garantem o desenvolvimento da primeira infância. Concomitantemente, essas garantias, a partir da lógica da exploração do trabalho, da precarização do trabalho e da desigualdade social, a partir da mercantilização da educação, e erosão dos direitos trabalhistas, refletimos sobre como a relação trabalho do professor substituto pode impactar negativamente o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

A flexibilização das relações trabalhistas intensifica o processo de precarização do trabalho docente, por meio da contratação temporária de professores para a educação básica, sobretudo os que atuam em turmas de educação infantil. As relações de trabalho estão cada vez mais fragilizadas, expondo alunos e docentes uma relação limitada, prejudicando a vinculação necessária para um melhor desenvolvimento e aprendizagem.

O contexto atual é marcado pelos processos de descentralização, reestruturação produtiva e pela fragmentação do trabalho “[...] adicionada ao incremento tecnológico [...]” (Antunes, 2015, p. 19) a fim de possibilitar ao capital mudanças nos aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais.

Se entrelaçam duas grandes problemáticas da modernidade, as relações de trabalho a partir da lógica do capital e a mercantilização da educação que afeta a qualidade do ensino básico em sua gênese. Na Educação Infantil as constantes mudanças de professores nas salas de aula, estão trazendo uma ruptura na vinculação destes com as crianças, que podem comprometer o desenvolvimento e

aprendizagem nesta etapa, sobretudo durante o período de adaptação, que marca a chegada das crianças na escola.

A pedagogia do afeto: O vínculo afetivo na Educação Infantil

O vínculo afetivo na escola, é estabelecido a partir do contato dos estudantes e os educadores, constituído inicialmente na Educação Infantil, primeira etapa de escolaridade, onde a criança começa a frequentar a creche, afastada do seio familiar no qual os pais são as suas referências, para ser inserido processualmente no espaço escolar. Nessa idade, o ser humano requer atenção, cuidado e estímulos para se desenvolver de forma integral, pois ao serem inseridas em um novo ambiente, podem apresentar irritabilidade e choro, que são manifestações de insegurança, medo e desconforto. A adaptação da criança no ambiente escolar é um processo individual, e pode ser demorado, pois muitas são as dificuldades encontradas não por ela, mas também pela família e pelo educador.

No período de adaptação, a criança, de forma natural, já estabelece uma relação com os professores e profissionais da educação daquele novo espaço, não é de forma igual para todas elas, algumas pode apresentar as dificuldades de adaptação e a importância do acolhimento. Para o aluno da Educação Infantil, de acordo com os educadores e os familiares, bem como as relações interpessoais entre docentes, pais, escola e alunos, ela vai elaborando a ruptura com o seu lar, espaço que tem segurança, estabelecendo vínculos com professores, assistentes e demais funcionários da escola.

Para Henri Wallon (1986), a afetividade relaciona-se à capacidade do ser humano de se sentir afetado de maneira positiva ou negativa, considerando as sensações internas e externas. A afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento (Salla, 2011).

A afetividade é um domínio funcional cujo desenvolvimento é dependente da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança, ao nascer, não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas

circunstâncias sociais da sua existência, em que a escolha individual não está ausente.

Segundo Wallon, a afetividade depende de dois fatores: o orgânico e o social, que possuem uma importante relação, tanto que as dificuldades de uma situação podem ser superadas pelas condições mais favoráveis do outro. Essa ligação durante o desenvolvimento do indivíduo modifica a fonte da qual provêm as manifestações, no caso, a criança mantinha essas relações afetivas apenas no lar, na sua casa, orgânica, passando a sofrer a influência do meio social. Nestes termos, a constituição biológica da criança, ao nascer, não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência, no caso, a mudança passa por uma transformação social, ela sai da condição de ter atenção naquele espaço, muitas vezes só para ela, e vai para o convívio com outros adultos e crianças.

É contra a natureza tratar a criança fragmentariamente. Em cada idade, ela constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão de suas idades, ela é um único e mesmo ser em curso de metamorfoses. Feita de contrastes e de conflitos, a sua unidade será por isso ainda mais susceptível de desenvolvimento e de novidade (Wallon, 1986, p. 198).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu Art. 29, preconiza que: “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Numa perspectiva sócio-histórica, a criança é um sujeito de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Na Educação Infantil, inicia-se a escolarização da criança, há uma integração entre o educar e o cuidar; nesse aspecto, o professor exerce papel fundamental no desenvolvimento da afetividade, estabelecendo um vínculo com os educandos.

A afetividade é fundamental para a construção das informações cognitivo-afetivas nas crianças e consequentemente nas relações que devem ser estabelecidas entre professor e aluno, é por meio dela que acontece a identificação com as outras pessoas. O afeto, a sensibilidade e a maneira de se comunicar do professor vão influenciar o modo de agir dos alunos e facilitar o desenvolvimento cognitivo, já que durante o processo de aprendizagem não se consegue separar no aluno o intelectual e o afetivo (Souza, 2013, p. 11).

As instituições que ofertavam a modalidade de creche vivenciaram distintas mudanças ao longo de décadas até conquistar um lugar significativo na sociedade, elas estavam ligadas às secretarias de proteção social ou assistência social. Com a promulgação da Constituição Federal (1988), ocorreram conquistas determinantes relacionadas às creches e pré-escolas, ou seja, houve o reconhecimento da infância como parte da etapa de escola e passou a ser direito de toda criança, de 0 a 5 anos de idade, a assistência por amparo legal. O referido documento, em seu art. 208, inciso IV, afirma que “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade”. Diante disso, observa-se que a CF foi pioneira em assegurar legalmente os direitos das crianças.

De acordo com o documento Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (Brasil, 1998) o cuidar, deve focar nas necessidades das crianças, que precisam se sentirem seguras e acolhidas em sua rotina, partindo de observações, trocas que qualificam afeto e, sobretudo, serem ouvidas e respeitadas. Tais atitudes precisam ter conhecimentos sobre o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional das crianças e, para que isso ocorra, a permanência da professora referência para que ela consiga manter essa relação, é primordial para garantirmos o direito a um desenvolvimento pleno e a qualidade na Educação Infantil, pois ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização.

As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçam sobre a criança, nos últimos anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E têm oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento (brasil, 2014, p. 40).

O conhecimento é construído e internalizado em nossas mentes pela forma que nos é apresentado. O olhar especial do educador para o educando é de suma importância, pois é para eles seu trabalho, tempo e esforços, desta forma as crianças

criam vínculos com seus professores, trazendo segurança para que as crianças possam se desenvolver plenamente.

Laços temporários: O Professor Substituto na Educação Infantil

Como já falado anteriormente, essas relações de afeto estabelecidas na Educação Infantil, possibilitam o desenvolvimento pleno da criança. Analisando os documentos legais que garantem os direitos educacionais e de aprendizagem, é importante compreender o processo de adaptação na Educação Infantil como um mecanismo inicial que vai proporcionar que essas aprendizagens ocorram por meio das interações de forma gentil, saudável e segura para as crianças envolvidas com o processo.

É no período de adaptação que os professores constroem relações com as crianças, e a maneira como ocorre esse processo e as interações de acolhimento, pode influenciar nessa relação afetiva que proporcionará a criação de vínculos. A proposta é debatermos não a impossibilidade de uma troca de professores em um caso de necessidade, mas refletirmos outras questões que englobam a formação destes, além desta problemática para a necessidade de uma formação específica para a atuação em salas de Educação Infantil. Em longo prazo, teremos educadores que não passarão por formação, sem um plano de cargo e carreiras para que possam desempenhar um trabalho de qualidade, submetidos a todo instante a uma possibilidade de demissão.

É a partir da vinculação da criança com o professor que precisamos refletir sobre o rompimento dessas relações, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), ressalta que “a maneira como a família vê a entrada da criança na instituição de educação infantil tem uma influência marcante nas reações e emoções da criança durante o processo inicial” (Brasil, 1998, p. 80). Assim, para o RCNEI, estabelecer vínculos entre os pais e responsáveis com a instituição escolar é uma forma de conhecer melhor os hábitos dos novos alunos, sua cultura e suas preferências. Romper com essa relação é gerar um impacto negativo que pode fazer com que as crianças voltem novamente ao início da adaptação, sendo possível choros e a insegurança dos pais ao deixar seu filho na creche, é começar novamente um processo de adaptação que, como foi dito, acontece de formas diferentes para crianças e famílias.

Mészáros (2002) e Antunes (2010) trazem em seus escritos, as transformações no capitalismo que, desde as últimas três décadas do século XX, tiveram um impacto profundo no mundo do trabalho. Esse processo se deu após um longo período de crescimento da economia capitalista, iniciado no pós-guerra, os anos 1970, fortemente marcados pela estagnação e pela crise, visivelmente na crise de acumulação taylorista e fordista, mas que encontravam suas determinações mais profundas, caracterizadas por uma crise estrutural do sistema do capital. Para os referidos autores, não existem limites para a precarização, apenas formas diferenciadas de sua manifestação, formas capazes de articular em uma única cadeia produtiva o trabalho terceirizado, àquele intensificado ao limite, desenvolvido nos ambientes "modernos". As relações de trabalho estão cada vez mais limitadas, a partir da reforma trabalhista estas relações se tornaram mais vulneráveis pelo que podemos perceber pela "pejotização", que legitima a desconstrução dos direitos trabalhistas.

Desde a Consolidação das Leis do Trabalho, criada em 1º de maio de 1943, até hoje, ainda não havíamos nos deparado em um momento tão grave que lentamente retira e desmonta os direitos dos trabalhadores, essa tentativa de criar propostas para uma flexibilização do trabalho. O termo "flexibilizar", comumente presente nos discursos que propõem de forma tímida, para alguns, mas bem escancarada para muitos uma saída que aproxima o fim da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é a forma sutil encontrada pelas forças do capital para desconstruir os direitos do trabalhador, arduamente conquistados em tantas décadas de greves, manifestações e árduas lutas.

As flexibilizações, terceirizações, o aumento da informalidade e a ampliação do desemprego serão ainda mais intensas se a CLT for desfigurada ou eliminada. Existem fortes tentativas de liberar plenamente a terceirização, conforme propõe o PL N°. 4.330, que é um passo brutal rumo ao fim dos direitos do trabalho consagrados na CLT e à nefasta sociedade da terceirização total. Para o serviço público, ela chega através da Reforma Administrativa, que liberará e permitirá a contratação de servidores por tempos determinados, promovendo o fim do serviço público e um golpe sem precedente nos trabalhadores.

Contratação Temporária de Professores: Impactos na Educação

As contratações temporárias de professores podem ter impacto negativo tanto nos professores quanto nos alunos, e isso pode influenciar diretamente na aprendizagem. Para os professores, há grande instabilidade no vínculo empregatício, além dos salários geralmente mais baixos e menor valorização profissional, eles têm menos acesso às garantias trabalhistas. A contratação temporária, ainda que tenha a necessidade de ser submetida a uma seleção pública que tem caráter seletivo, ela por definição, tem tempo determinado, gerando insegurança e instabilidade para quem exerce. Outro ponto que impacta no seu trabalho, é que os professores temporários geralmente recebem salários mais baixos do que os efetivos para realizar a atividade docente, sem contar que eles podem ser contratados sem carteira assinada, através de contratos temporários. Perdendo seus direitos celetistas, sua contratação pode resultar em menor acesso aos benefícios como FGTS, férias, 13º salário, vale alimentação.

Cambi (1999) trata em História da Pedagogia, sobre as facetas da educação, de como a escola se tornara mais crítica e reflexiva a partir do século XX:

"[...] propósito central da educação permanece a aspiração utópica ao desenvolvimento de personalidades autenticamente humanas", por difícil que seja realizá-las. Assim, a "nossa tradição cultural e intelectual" e pedagógica, no seu aspecto mais genuíno e mais alto, continuará a viver e a agir como o paradigma de desenvolvimento da humanidade, ainda que adaptando-se a condições profundamente novas (Cambi, 1999, p. 643).

Ariès (1981) nos mostra que a condição da criança não se modificou na mentalidade das pessoas. Ainda se compreende que a criança não passa de um sujeito, essa mentalidade por mais que seja reconhecida, nos faz questionar a noção de infância. Essa reflexão se deve ao reconhecimento das possibilidades que veem a criança em sua essência e integridade, considerando a mesma como protagonista do seu desenvolvimento. Embora tenhamos uma legislação contempladora de direitos, dentro desse contexto, não temos a garantidora, pois defendem uma Pedagogia da Infância em que fossem construídos cotidianos que propiciem o método participativo e que leve em consideração a autonomia, competência participativa da criança, tornando, assim, o fazer pedagógico de modo compartilhado. Precisamos, portanto, romper o com paradigma que, para atuar na Educação Infantil não é necessário ter uma formação especializada.

É imprescindível fazer todas essas reflexões sobre ser criança. O que é ser criança? E como tem sido constituída a infância? Para tais questionamentos, existem respostas que variam segundo o conceito que se tem das mesmas. Muito embora, seja considerada uma etapa da vida onde a fantasia e a liberdade prevalecem, já outros, veem a infância como uma fase na qual a criança é considerada um adulto em miniatura, e muitos não reconhecem o impacto dessa fase na sua formação e sua constituição como sujeito, pensam como a infância sendo um período em que a criança deve ser preparada para o futuro.

[...] não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1981, p. 156).

São evidentes atualmente as discussões acerca de tais temáticas por parte de estudiosos e pesquisadores das diversas áreas, sendo estes psicólogos, filósofos, educadores, constatamos o diálogo sobre várias concepções referente ao assunto em questão, estas defendidas por autores clássicos, como: Jean Piaget, Montessori, Vygotsky, Malaguzzi. No contexto brasileiro, podemos encontrar contribuições de teóricos da Educação Infantil, tais como: Maria Malta Campos, Ana Lúcia Goulart de Faria, Maria Carmem Silveira Barbosa, Rodrigo Saballa Carvalho e Paulo Sérgio Fochi, que são influentes na construção de uma nova pedagogia para a infância, contribuindo, assim, para conquistas na área da Educação Infantil.

Fochi (2019) defende a tese sobre a criação de um observatório, em que todos investigam: diretores e coordenadores pedagógicos, investigam os processos formativos com os professores, bem como a construção e concretização do projeto educativo da instituição. Os docentes investigam o modo como as crianças aprendem e como criar as condições externas adequadas (tempo, espaço, materiais, organização de grupos). Em conjunto com coordenadores pedagógicos e diretores, investigam como comunicar a respeito dessas aprendizagens, para compreendermos o fazer das crianças se faz necessário um olhar sensível e, isso, passa por formação e convívio diário.

Esses estudiosos, em suas diversas produções que discorrem sobre a educação da infância, discutem posições distintas nos campos exclusivos, definindo meios que propiciem medidas, contudo, todos eles defendem uma escola que possa proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança.

A contratação de professores temporários é uma forma evidente da precarização do trabalho docente, reduz a valorização profissional, expõe a saúde do professor às doenças laborais, além do impacto no princípio na isonomia salarial, em que duas pessoas ganham salários diferentes para exercerem as mesmas atividades e funções pedagógicas.

Para além destas enormes perdas, a rotatividade de professores temporários tende a ser maior, o que pode dificultar o planejamento e a continuidade do fazer pedagógico, a falta de formação específica para cada etapa da educação, estando submetidos a mais pressão pela ausência de segurança na sua relação de trabalho. É bastante comum observar, que a fragilidade do vínculo empregatício vem com outras formas de opressão e controle a partir dos que estão na gestão da escola, sendo comum ouvir relatos de assédio moral por parte de diretores, coordenadores e, até mesmo, colegas docentes, criando uma cortina de fumaça onde se encobrem outros tipos de violência que podem acontecer nos ambientes escolares.

Na educação infantil, as atividades de interação são promovidas para que as crianças possam se sentir seguras e envolvidas com o processo, precisamos que essas relações sejam fortes e afetivas, que proporcione acolhimento, e isso fica comprometido com a rotatividade que os professores substitutos são submetidos, influenciando na criação de vínculos.

A partir das interações, as crianças podem manifestar dificuldades de aprendizagem, transtornos, nessa etapa considerada inicial, que influencia a vida do indivíduo até sua fase adulta. É na primeira infância, que as crianças começam a desenvolver oralidade, começam a verbalizar, justamente nesse período que se pode perceber indícios de alguma deficiência, transtorno, atraso de fala ou aspectos motores.

Possibilitar que professores inicie o ano com uma turma, e possa permanecer até o final do ano letivo, é uma forma de promover e facilitar, um encaminhamento e estímulo precoce em caso de transtorno, déficit, ou atraso cognitivo. Para que, assim,

possam identificar e encaminhar para uma possível investigação, algum diagnóstico precoce para que consigamos promover uma educação inclusiva e que tenha como princípio as garantias de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar o debate sobre esta temática é importante para que consigamos reverter e analisar os efeitos dessas mudanças na qualidade da educação infantil. Possibilitamos um debate sobre o que fazer para minimizarmos os impactos da rotatividade nas turmas de crianças, e como esses vínculos nos proporcionariam conhecermos e potencializarmos o trabalho como professor, promovendo um desenvolvimento integral do educando.

Tratar desse assunto, não implica na necessidade de uma troca de professor, mas de refletirmos sobre as questões que englobam a formação destes na atuação da Educação Infantil (EI).

Ressaltamos a importância da necessidade de uma formação específica para professores atuantes em salas de Educação Infantil. Assim, em longo prazo, teremos professores de carreira que passaram por formação, que adquiriram experiência e possibilidade de qualificação.

Ao contrário, numa perspectiva antagônica, um professor substituto sem vínculo profissional, que não tem um plano de cargo e carreiras, sem estabilidade de um vínculo empregatício, submetidos a todo instante a uma possibilidade de demissão, adoecidos e dependentes, conformados a uma fragilidade na sua relação de trabalho, poderiam desempenhar um trabalho de qualidade na mesma medida da sua condição de substituto, pois essa definição nem deveria existir.

Para refletirmos sobre a qualidade da educação, não podemos pensar de maneira simplista e fragmentada, o trabalho docente deve ser pensado em conjunto com a qualidade da educação, sobretudo nas turmas de creche e pré-escola. Precisamos empreender esforços a partir dos debates de fóruns permanentes, com comissões que tenham movimentos em prol da melhoria da educação, como, também, um movimento que repercuta na valorização desses profissionais, pois “ainda estamos distantes de ter obtido uma qualidade educacional razoável” (Gatti, 2009, p. 90).

O capitalismo desumaniza as pessoas e as relações. A escola tem papel fundamental para empreender tentativas que garantam um espaço de acolhimento, aprendizado, que acontece a partir do reconhecimento da sua função social. Não é uma tarefa fácil, pois quem faz parte dela está inserido em um sistema opressor cujas engrenagens se mantêm funcionando para aumentar e ampliar essas diferenças sociais. Como pesquisadores, docentes, críticos, nossa tentativa é gerar conhecimento para produzir mecanismos de impacto e reflexão, na tentativa de amortecer os efeitos nocivos dessa máquina que cria fossos nas relações humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 133-154, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil [DCN-EI]**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13/7/90.

_____. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (1996).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. (Tradução Álvaro Lorencini). São Paulo: NESP, 1999.

FOCHI, Paulo Sergio. **Abordagem da documentação pedagógica na investigação praxiológica de contextos de Educação Infantil** (tese), São Paulo, 2019.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2009.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SALLA, Fernanda. O que o corpo fala. **Revista Nova Escola**, São Paulo: Moderna, ano XXVI, nº 247, p.96 – 98, nov. 2011.

_____. O que afeta a criança. **Revista Nova Escola**, São Paulo: Moderna, ano XXVI, nº 247, p. 108– 110, out. 2011.

WALLON, Henri. **Henri Wallon:** psicologia. São Paulo: Ática, 1986.